

CAPÍTULO 2

NATUREZA HUMANA

2.1 A EVOLUÇÃO DA MENTE HUMANA

A evolução humana foi marcada pela ocupação progressiva de savanas cada vez mais secas, exigindo que bandos de hominínios adotassem comportamentos gradualmente mais igualitários, nômades e pacíficos, opostos aos comportamentos dos primeiros hominínios, que viviam nas florestas. Nesse processo, valores e normas sociais, definidos e transmitidos culturalmente, passaram a *condicionar*, cada vez mais, qual era o comportamento social adequado em cada grupo de hominínios.

Porém, isso *não significa* que, nesse ponto da evolução humana, a cultura tenha substituído a genética na determinação dos comportamentos sociais: *a cultura surgiu assumindo a função de influenciar qual das predisposições genéticas opostas deveria, em cada situação específica, prevalecer e se manifestar como comportamento real.*

O papel evolutivo inicial da cultura *não foi introduzir comportamentos sociais opostos aos instintivos*; o que o sistema de herança cultural permitiu foi a *assimilação genética* de comportamentos opostos aos instintos originais dos hominínios. Assim, *não se trata de um conflito entre instinto e cultura, mas, sim, da introjeção do conflito entre comportamentos sociais opostos (competição e cooperação) na nossa herança genética.*

Comportamentos culturalmente definidos não seriam capazes de se opor abertamente a comportamentos instintivos se já não houvesse uma ambivalência inata, geneticamente codificada, entre os dois comportamentos opostos – mesmo porque uma

regra aprendida socialmente pode ser descumprida, sendo, nesse sentido, mais fraco do que uma predisposição genética inequívoca, que tende a se manifestar como um comportamento automático.

A entrada em cena do sistema de herança cultural permitiu que os hominínios se adaptassem a um meio ambiente altamente heterogêneo, composto por biomas que exigem organizações sociais opostas. Essa adaptação foi atingida pelo desenvolvimento de gradientes culturais, o que levou à assimilação genética (por seleção natural) de disposições congênicas contraditórias entre si. Ou seja, *o surgimento da cultura está associado ao início da ambivalência comportamental inata dos hominínios, e o desenvolvimento cultural posterior ocorreu concomitantemente ao aprofundamento dessa ambivalência genética.*

A longa transição evolutiva de um padrão único de comportamentos instintivos para um leque de predisposições comportamentais congênicas e contraditórias entre si expôs os hominínios a dilemas e decisões progressivamente mais difíceis. Um chimpanzé não conhece dilemas dessa natureza: ele simplesmente obedece aos seus instintos, que sempre indicam o comportamento adequado em cada situação.

Os hominínios, ao contrário, passaram a ter de escolher entre linhas de ação alternativas, muitas vezes opostas entre si. Por exemplo, ao avistar um indivíduo de outro bando, deve-se atacá-lo violentamente, como faria um chimpanzé, ou seria melhor tentar estabelecer relações amistosas? Em um grupo que vive nas florestas, para o qual a defesa do território é a prioridade máxima, a primeira opção é a mais indicada; porém, em um bando nômade de caçadores-coletores, essa atitude seria autodestrutiva e, portanto, pouco adaptativa. Diante de dilemas comportamentais como esses, as normas e os valores em vigor no bando oferecem diretrizes, mas que não são automáticas como uma predisposição instintiva única.

Assim, nossos antepassados passaram a enfrentar dilemas comportamentais progressivamente mais complicados, principalmente aqueles grupos pioneiros na adaptação às savanas mais secas, onde as normas e os valores sociais se opunham cada vez mais diretamente aos instintos originais dos hominínios, e, portanto, exigiam sanções cada vez mais severas por parte do grupo no caso de descumprimento das diretrizes culturais.

Como resultado dessa exigência de decisões cada vez mais difíceis, os hominínios passaram a focalizar sua atenção, cada vez mais, no próprio tomador das decisões, ou seja, em si mesmos. A relação direta entre comportamentos transgressivos e as respectivas sanções não poderia passar despercebida indefinidamente.

Nos animais não humanos, a resposta instintiva automática não canaliza a atenção para o tomador de decisão: seu foco continua sendo o objeto externo sobre o qual a ação é exercida. Entretanto, diante de um dilema, em que duas diretrizes comportamentais sugerem ações opostas e a decisão tomada terá outras consequências sobre o próprio autor da decisão, a atenção naturalmente se volta para o sujeito da decisão, e não mais exclusivamente para o objeto externo. Nessa situação, o processo de seleção natural passou a favorecer a capacidade genética de experimentar a *consciência refle-*

xiva: os indivíduos mais capazes de se perceber como parte da realidade tinham mais chances de tomar decisões adequadas, que aumentavam suas chances de sobrevivência e reprodução. Dessa forma, a ocupação das savanas levou à ampliação da *autoconsciência* dos hominínios, isto é, da capacidade de reverter o foco da atenção para o próprio sujeito da percepção, em oposição ao foco permanente no objeto percebido.

À medida que adquiriam mais consciência de si mesmos, os hominínios passaram a perceber a necessidade de tomada de decisões com uma sensação subjetiva de liberdade de escolha, isto é, de *livre-arbítrio*. Essa sensação subjetiva, por sua vez, tende a reforçar a consciência de si mesmo, pois o tomador das decisões é o próprio sujeito autoconsciente. Assim, *a exposição a dilemas comportamentais cria um processo circular em que autoconsciência e liberdade psíquica subjetiva se retroalimentam*.

Ao mesmo tempo, a sensação de *livre-arbítrio*, associada à lembrança das consequências de decisões anteriores, leva naturalmente a um senso de *responsabilidade individual*, que por sua vez reforça a noção do *eu* como uma realidade objetiva. Temos, assim, toda uma cadeia de desenvolvimentos psicológicos decorrentes da exposição a dilemas comportamentais.

Durante o longo processo evolutivo de ocupação das savanas, os hominínios mais desenvolvidos psicologicamente (no sentido descrito) estavam certamente mais adaptados à vida nos grupos sociais menos hierárquicos e violentos, e esses grupos, por sua vez, estavam mais adaptados à vida nas savanas. Essas pressões seletivas, sustentadas por milhões de anos, aceleraram significativamente a *assimilação genética de uma maior capacidade de experimentar a autoconsciência e a sensação de livre-arbítrio*. Os primatas que ficaram exclusivamente nas florestas, como os chimpanzés, não conheceram dilemas comportamentais como aqueles experimentados pelos hominínios e, portanto, permanecem até hoje com uma capacidade inata para o desenvolvimento psicológico muito inferior à humana.

A autoconsciência está diretamente relacionada a outros desenvolvimentos evolutivos que são exclusivos dos seres humanos, em particular o aprimoramento da *linguagem* e a ampliação da *capacidade cognitiva*. Nesse ponto, devemos ter em mente o papel da cultura na nossa evolução: habilidades linguísticas e cognitivas congênitas progressivamente mais complexas foram assimiladas pelos hominínios ao mesmo tempo que a cultura de suas sociedades estruturava-se em um sistema articulado de valores, normas e conhecimentos (GEERTZ, 1973). Os dois processos foram concomitantes e interligados, reforçando-se continuamente. Esse fenômeno é conhecido tecnicamente com “*coevolução gene-cultura*” (LUMSDEN; WILSON, 1981/2005).

Por exemplo, uma linguagem mais sofisticada permitiu a expressão de valores e normas sociais mais abstratas, bem como um sistema de sanções mais sutil e eficiente. Desse modo, as capacidades inatas de aquisição da linguagem e de internalização de normas e valores reforçaram-se mutuamente, acelerando tanto o processo de desenvolvimento psicológico quanto o cultural. Outro exemplo: uma maior habilidade cognitiva permitiu a adoção de técnicas mais sofisticadas, e o ambiente cultural resultante criou pressões seletivas no sentido de aumento da capacidade congênita para o desenvolvimento cognitivo.

Todo esse intrincado processo evolutivo de desenvolvimento simultâneo de diversas capacidades psicológicas inatas foi posto em movimento pela inversão da hierarquia de dominação social, necessária para a ocupação das savanas: os primatas que não passaram por esse processo decisivo têm, ainda hoje, uma estrutura mental rudimentar em comparação com a dos *Homo sapiens*.

2.2 A GRANDE DIÁSPORA HUMANA

As evidências arqueológicas e genômicas convergem para uma mesma conclusão: algo extraordinariamente importante para a evolução humana ocorreu no sul do continente africano há cerca de 100 mil anos. Por essa época, já existiam hominínios anatomicamente semelhantes aos seres humanos modernos, que por isso são considerados como pertencentes à nossa espécie: *Homo sapiens*.

Esse evento extraordinário ficou registrado no genoma humano como um “gargalo genético”: todos os seres humanos atuais descendem de uma pequena população que viveu no sul da África há cerca de 100 mil anos. Estudos genômicos mostram que essa pequena população se espalhou rapidamente por todo o continente africano e, na sequência, por todas as regiões habitáveis do planeta.

Algumas populações biologicamente relacionadas com nossos antepassados já haviam migrado anteriormente para fora da África, mas não há indícios de uma expansão anterior com a amplitude e a velocidade dessa grande diáspora iniciada entre 100 mil e 60 mil anos atrás (FLEAGLE, 2010).

Como se pode explicar que um pequeno grupo social foi capaz de se expandir pelos diferentes tipos de biomas africanos, inclusive florestas e savanas? Além disso, como esse grupo foi capaz de se expandir por todo o mundo, eliminando ou subjulgando as populações arcaicas encontradas pelo caminho? Algumas dessas populações haviam migrado para fora do continente africano há milhões de anos, e presumivelmente estavam bem adaptadas aos seus respectivos ambientes muito antes da chegada dos novos invasores.

Quanto às evidências arqueológicas, os indícios mais antigos de comportamentos considerados característicos dos seres humanos modernos estão associados aos complexos culturais de Still Bay e Howieson’s Poort, ambos localizados no extremo sul da África e datados entre 55 mil e 75 mil anos atrás (HENSHILWOOD, 2012). No quadro geral da evolução humana, essas culturas apresentam importantes inovações tecnológicas e expressões simbólicas que atestam uma complexidade cultural sem precedentes, semelhante àquela encontrada em outras regiões apenas muito posteriormente.

O fato de a grande dispersão humana ter se iniciado logo após Still Bay e Howieson’s Poort sugere que o processo foi disparado por uma transformação cultural, pois não há evidência no registro fóssil de qualquer alteração anatômica significativa associada a essas populações. Qual teria sido essa transformação cultural?

Como vimos, nossos antepassados foram capazes de ampliar seu habitat florestal original estabelecendo gradientes culturais, isto é, mantendo um estilo de vida territorial, hierárquico e belicoso nas florestas equatoriais do continente; formas de

organização social opostas (nômade, igualitária e pacífica) nas savanas mais áridas; e modos de vida com características intermediárias nos ambientes de transição entre esses dois biomas (como as savanas mais úmidas, mais próximas das florestas).

Nesse processo evolutivo, que durou cerca de 6 milhões de anos, a cultura surgiu como um sistema de herança, e os hominínios assimilaram, por seleção natural, as características genéticas que distinguem os *Homo sapiens* das demais espécies biológicas, inclusive sua ambivalência comportamental inata e sua capacidade de *internalização* de normas e valores culturais (ao longo do processo de socialização de cada indivíduo).

Antes da grande diáspora, essa capacidade genética de internalizar normas e valores sociais e o próprio sistema de herança cultural tinham como função primordial adaptar o modo de vida de cada bando de hominínios ao meio ambiente onde ele vivia. Assim, se um bando de caçadores-coletores da savana hipoteticamente se deslocasse para um ambiente florestal, ele teria de adaptar rapidamente seus hábitos nômades e sua organização social igualitária para um modo de vida territorial e hierárquico, ou não sobreviveria muito tempo aos ataques dos seus novos vizinhos belicosos.

Inversamente (ainda no plano hipotético), se um bando hierárquico das florestas migrasse para uma savana árida e tentasse sobreviver dos recursos naturais disponíveis em um território que fosse capaz de defender, ele morreria de fome em menos de um ano, devido à dispersão espacial e à sazonalidade desses recursos. Nesse sentido, a cultura dos grupos sociais se adaptava passivamente às características do meio ambiente onde eles viviam.

O que aconteceu há cerca de 100 mil anos e disparou a grande diáspora humana foi que o sistema de herança cultural adquiriu autonomia em relação ao meio ambiente: surgiram novas formas de organização social capazes de adaptar o grupo tanto à vida nas florestas quanto nas savanas. Essas novas formas de organização conciliavam a coesão dos grupos competitivos com a eficiência dos grupos cooperativos na exploração dos recursos naturais, acumulando, assim, as vantagens militares de uma hierarquia social rígida com os ganhos econômicos do igualitarismo.

Não sabemos exatamente quais foram as inovações culturais que permitiram essa conciliação. Talvez o advento da liderança hereditária, que permitiu centralizar a autoridade política evitando, por um lado, disputas internas permanentes pelo poder, e, por outro, legitimando o direito da família real a esse poder por meio de alguma narrativa mitológica, como a descendência direta dos deuses.

Entretanto, mesmo não conhecendo os detalhes da inovação cultural decisiva, podemos inferir sua natureza por suas consequências de longo alcance, facilmente reconhecíveis nos registros arqueológico e genômico da trajetória evolutiva da nossa espécie. No Apêndice IV discutimos possíveis causas do surgimento dessa inovação, isto é, como e por que ele ocorreu naquele momento e local.

2.3 INSTINTOS E ARQUÉTIPOS

A grande diáspora humana teve muitas consequências importantes para a nossa evolução. A primeira delas foi eliminar todas as populações arcaicas de primatas que se separaram da linha evolutiva dos hominínios ao longo dos 6 milhões de anos de sua evolução.

Algumas dessas populações são classificadas como pertencentes ao mesmo gênero biológico que o da nossa espécie, como os *Homo erectus*, enquanto outras, mais distantes, são consideradas pertencentes a outros gêneros, como os *Australopithecus africanus*. Independentemente das classificações taxonômicas, os *Homo sapiens* são hoje a única espécie remanescente do ramo evolutivo que se separou dos chimpanzés há cerca de 6 milhões de anos e que gerou os seres humanos.

Uma segunda consequência importante da grande diáspora é que todos seres humanos atuais compartilham a herança genética daquela pequena população que viveu no sul da África há cerca de 100 mil anos.

Esse fato é extremamente importante, pois implica que as predisposições comportamentais inatas daquela pequena população são hoje universais, comuns a todos os *Homo sapiens*. Assim, esse conjunto de predisposições universais pode ser apropriadamente chamado de “natureza humana”.

Por volta de 100 mil anos atrás, o processo de ocupação das savanas africanas pelos hominínios já estava plenamente desenvolvido, e um gradiente cultural se estendia por todas as regiões habitáveis do continente. Assim, *a ambivalência comportamental assimilada geneticamente durante a ocupação das savanas tornou-se central na natureza humana*.

Nos animais não humanos, os instintos formam um conjunto de predisposições comportamentais que apenas acidentalmente se opõem entre si. Predisposições comportamentais sistematicamente contraditórias tenderiam a se anular mutuamente, enfraquecendo e retardando a reação comportamental mais adequada para a sobrevivência e a reprodução do animal. Assim, a própria seleção natural desfavorece oposições estruturais entre instintos, pois elas tendem a imobilizar o indivíduo.

A espécie humana, entretanto, apresenta dois conjuntos internamente consistentes de predisposições comportamentais congênitas, mas que se opõem entre si como conjuntos. Um deles é constituído pelos *instintos, que são a memória evolutiva da vida nas florestas: eles tendem a estabelecer organizações sociais hierárquicas, baseadas na relação de dominação*.

O segundo conjunto abarca aquelas predisposições comportamentais hereditárias que *foram assimiladas geneticamente para viabilizar a vida nômade nas savanas, em grupos sociais pacíficos e igualitários, cuja sobrevivência exige comportamentos muito mais cooperativos do que nas florestas*.

Há motivos a favor e contra chamarmos as predisposições inatas desse segundo conjunto de “instintos”: por um lado, elas são tendências comportamentais hereditárias, adquiridas por seleção natural e passadas de geração em geração por meio da

reprodução biológica: estão codificadas no DNA da nossa espécie. Nesses aspectos, elas são análogas aos instintos.

Por outro lado, as predisposições comportamentais desse segundo conjunto, assimiladas durante a ocupação das savanas, são *diametralmente opostas aos instintos originais dos hominínios*. Além disso, esse segundo conjunto de predisposições congênicas existe hoje exclusivamente nos seres humanos, ao contrário dos instintos, que compartilhamos com muitos outros animais. Assim, seria capcioso denominar as predisposições comportamentais assimiladas durante a ocupação das savanas também como “instintos”. A fim de destacar esse fato central, não vamos considerar as predisposições do segundo conjunto como instintos, mas como uma classe inteiramente nova de características genéticas, hoje exclusivas da espécie humana, que denominaremos “arquétipos”. É claro que, em última instância, essa é uma questão de mera convenção semântica.

Porém, não é uma questão apenas semântica a tese de que novas predisposições comportamentais, opostas aos instintos originais dos hominínios, foram assimiladas geneticamente por seleção natural em gradientes culturais durante a ocupação das savanas. Da mesma forma, não é puramente semântico afirmar que essas novas predisposições foram adicionadas à estrutura mental inata dos seres humanos como um segundo polo de disposições comportamentais hereditárias, oposto ao polo instintivo original (criando, assim, nossa ambivalência comportamental congênita).

A escolha do termo “arquétipo” não foi arbitrária: o médico suíço Carl G. Jung (1875-1961), criador da psicologia analítica, utilizou esse termo para designar estruturas mentais congênicas que ele considerava semelhantes aos instintos, mas que predisõem os seres humanos a comportamentos opostos aos instintos.

De fato, Jung concluiu, a partir do trabalho médico com seus pacientes e de suas pesquisas, que *a mente inata dos seres humanos estrutura-se entre dois polos opostos de predisposições comportamentais hereditárias: instintos e arquétipos* (JUNG, 1954).

Como vemos, a concepção junguiana da estrutura mental inata dos seres humanos aproxima-se bastante daquela que resulta do cenário evolutivo que estamos propondo neste trabalho. No entanto, não pretendemos explorar aqui essa convergência, pois isso nos afastaria do escopo deste trabalho.

Outros pensadores chegaram a concepções semelhantes sobre a mente congênita dos seres humanos: o antropólogo e primatologista Christopher Boehm (1931-2021) concluiu, a partir de seus trabalhos de campo e da vasta literatura etnográfica, que *a natureza humana é essencialmente ambivalente em relação a comportamentos competitivos e cooperativos* (BOEHM, 1989).

Como vimos, os instintos humanos estão claramente relacionados a comportamentos competitivos, semelhantes aos que podem ser observados nos chimpanzés, ao passo que os arquétipos estão associados a comportamentos opostos, essencialmente cooperativos. Assim, a concepção de Boehm da natureza humana também converge para a que estamos propondo aqui.

Do ponto de vista da cronologia evolutiva, os instintos são muito mais antigos que os arquétipos, que foram assimilados geneticamente apenas depois da separação do nosso ramo evolutivo dos demais primatas, portanto, há menos de 6 milhões de anos.

No entanto, a profundidade das estruturas mentais arquetípicas pode ser aquilata-da observando-se que elas foram assimiladas geneticamente na mesma dinâmica se-letiva que criou nossa *autoconsciência*, nossa capacidade de *internalização de valores e normas sociais*, nossa *habilidade cognitiva ampliada*, nosso sofisticado aparato con-gênito para a aquisição da *linguagem*, ou seja, tudo que nos diferencia dos outros animais e nos torna humanos.

2.4 VIDA SIMBÓLICA

Os comportamentos instintivos refletem diretamente as necessidades da sobrevi-vência física do indivíduo (alimentação, segurança, dominação) e da espécie (reprodução, cuidados maternos). Os comportamentos arquetípicos, ao contrário, relacionam-se diretamente com a *sobrevivência de todo o grupo social* no meio ambiente pobre em recursos naturais das savanas e, portanto, apenas *indiretamente* com a sobrevivência dos seus membros. Assim, enquanto os instintos se manifestam diretamente nos indivíduos como impulsos comportamentais inatos, as estruturas mentais arquetípicas tendem a se manifestar na esfera psicológica subjetiva dos seres humanos de forma indireta, mediada pelo sistema de herança cultural.

Podemos inferir algo sobre a forma de manifestação dos arquétipos a partir da sua origem evolutiva, em particular seu papel na evolução da mente humana:

O foco subjetivo da autoconsciência humana constituiu-se evolutivamente pela exposição dos nossos ancestrais a dilemas comportamentais progressivamente mais difíceis. Nesses dilemas, as opções alternativas alinham-se, por um lado, com o com-portamento instintivo (muito semelhante ao que podemos observar ainda hoje entre os nossos parentes evolutivos mais próximos, os chimpanzés); do outro lado, a opção arquetípica diametralmente oposta.

A sobrevivência nas savanas africanas exige uma cooperação quase irrestrita entre os membros do bando de caçadores-coletores. Esse grau de cooperação, por sua vez, requer um sentimento coletivo de que o destino de cada membro do bando está associado ao destino do grupo como um todo, isto é, uma profunda identificação do indivíduo com seu grupo social, como observado nos grupos igualitários registrados etnograficamente. Desse modo, a percepção de si mesmo como parte de um todo maior, ou seja, de *transcendência*, foi assimilada geneticamente, por seleção natural, como um aspecto característico dos arquétipos, que os distingue dos instintos.

Assim, as estruturas arquetípicas estão associadas a uma propensão psicológica inata para o sentimento subjetivo de participação permanente em uma realidade mais ampla, frequentemente *simbolizada* pela sociedade em que vivemos, pelo mundo natural à nossa volta ou por um outro *mundo sobrenatural, espiritual, transcendente*. Em outras palavras, *os arquétipos estão psicologicamente associados a profundas ques-*

tões existenciais e de identidade, tanto do indivíduo quanto dos grupos sociais, e são a força psicológica por detrás dos mitos e das religiões.

Em suma: enquanto os instintos estão associados basicamente a questões práticas e materiais, os arquétipos relacionam-se primordialmente com o que podemos chamar de “vida simbólica”, em todas as suas dimensões. Por meio da simbolização, objetos, pessoas, locais ou ideias passam a representar elementos de uma realidade transcendente, adquirindo, assim, uma grande importância subjetiva para o indivíduo, que tende a percebê-los como *sobrenaturais ou sagrados*. A carga emocional desses sentimentos, por sua vez, induz os comportamentos arquetípicos.

A dimensão subjetiva das experiências arquetípicas é essencial para garantir a efetividade das normas sociais e a presença dos valores socialmente cultivados pelo grupo. Como exemplo, consideremos a norma social de compartilhar os alimentos encontrados pelos membros de um bando de caçadores-coletores nômades: espalhados nas atividades de caça ou coleta, seria relativamente fácil para um indivíduo burlar a regra e comer sozinho o alimento obtido sempre que não estivesse sendo observado por outros membros do grupo. Mas se todos fizessem isso, a vantagem coletiva da repartição dos alimentos – sempre garantir um mínimo para todos – seria perdida e, ao final, todo o bando terminaria morrendo de fome.

Uma regra social de divisão dos alimentos que tenha sido simplesmente *aprendida* nunca é tão efetiva quanto uma norma social *internalizada pelo indivíduo durante seu processo de socialização*, junto com outras regras e valores que sustentam e reforçam essa norma. Um indivíduo que tenha essa norma devidamente internalizada *sente* algo como: *nós, seres humanos, não comemos escondidos, os animais é que fazem isso!*

Assim, *desde os primórdios da cultura como sistema de herança, ela constituiu-se como um conjunto articulado e funcional de conhecimentos, normas e valores partilhados pelos membros de cada grupo social de hominínios; e o principal mecanismo de transmissão entre gerações desses elementos culturais foi o processo de socialização dos novos membros do grupo, não o mero aprendizado.*

Tanto a capacidade de internalização quanto as estruturas arquetípicas foram assimiladas geneticamente durante a ocupação das savanas por nossos ancestrais (por seleção natural em gradientes culturais) e guardam entre si uma estreita relação: elas são os fundamentos da vida simbólica dos seres humanos.

Quando se desconsidera a dimensão arquetípica da natureza humana, é fácil *incorrer no erro de acreditar que a cultura cria conflitos psicológicos nos indivíduos, impondo regras comportamentais opostas aos seus instintos*. Essa concepção é equivocada, pois *os conflitos comportamentais já foram assimilados geneticamente pelos hominínios há milhões de anos, e hoje fazem parte da natureza humana, por si só ambivalente e contraditória.*

Ou seja, *o ambiente cultural não cria os conflitos psicológicos*: ao contrário, a cultura normalmente atua no sentido de facilitar a tomada de decisões, fornecendo diretrizes comportamentais baseadas em normas e valores sociais solidamente internalizados pelos indivíduos durante seu processo de socialização.

Assim, se por um lado a vida simbólica dos indivíduos é a base do sistema de herança cultural, por outro ela é essencial na manutenção do *equilíbrio mental* desses mesmos indivíduos, que em geral não têm consciência direta das forças psicológicas contraditórias que afetam seus comportamentos e seu bem-estar. Ao simbolizar tais forças segundo os elementos culturais de seu grupo, torna-se mais fácil para o indivíduo acomodá-las internamente e, assim, manter um equilíbrio entre instinto e arquétipo.

Sem um ambiente cultural estabilizador, devidamente internalizado, o indivíduo tende a sentir a oposição entre os comportamentos instintivos e arquetípicos como uma tensão psíquica insuportável, que leva à apatia e ao imobilismo ou que se resolve pela opção incondicional por um dos dois polos. Mas a opção cega por uma das esferas de predisposições mentais inatas, sejam as instintivas, sejam as arquetípicas, leva inevitavelmente à perda da liberdade psíquica necessária para o pleno exercício da autoconsciência e da cognição. Como veremos no próximo capítulo, esse é exatamente o mecanismo psicológico que leva ao extremismo político, com seus comportamentos fanáticos e irracionais, facilmente identificáveis tanto nos radicais de esquerda quanto nos de direita.